

Plantas e medicamentos em debate na reunião da SPG **Fitomedicina: riscos e benefícios**

A 169.^a Reunião da Sociedade Portuguesa de Ginecologia (SPG) dedicou uma mesa redonda ao debate dos riscos e benefícios da fitomedicina. Interações medicamentosas, questões de segurança e eficácia e riscos para a Saúde Pública foram algumas das questões abordadas por quatro especialistas.

Texto Maria Fernandes Teixeira Fotos Rui Velindro



O tema fitomedicina juntou à mesa especialistas como o Prof. José Martinez de Oliveira, a Prof.^a Maria da Graça Campos, a Dra. Helena Pinto Ferreira, a Prof.^a Ana Paula Martins e a Prof.^a Lúgia Salgueiro.

A 169.^a Reunião da Sociedade Portuguesa de Ginecologia decorreu no Estoril, a 14 e 15 de Janeiro de 2011. Além da discussão dos documentos de revisão dos consensos sobre contracepção, o evento contemplou o debate de temas como o da mesa redonda sobre fitomedicina. Este é um assunto de extrema pertinência, como salientou o Presidente da SPG e também moderador desta mesa, Prof. José Martinez de Oliveira. “Independentemente dos conhecimentos que cada um possa ter sobre o uso terapêutico das plantas, a verdade é que é uma realidade farmacológica que nós muitas vezes esquecemos, e até as próprias doentes a esquecem, pois quando estão a tomar alguma coisa nunca dizem o que

“A falta de standardização leva à dificuldade de patentear uma planta, pelo que os investigadores estudam ainda a melhor forma de validar alguns esquemas terapêuticos mais utilizados”, refere a Dra. Helena Pinto Ferreira”

bebem ou que plantas estão a ingerir, porque entendem que não são medicamentos”, afirmou o médico.

Na realidade, as plantas, apesar da sua inocuidade genérica, têm interações medicamentosas com os fármacos tomados pelo doente, facto que ficou amplamente explicitado nesta sessão por meio de múltiplos exemplos apresentados pelas prelectoras. Este é um tema de particular interesse para os ginecologistas, uma vez que tem vindo a aumentar o uso terapêutico de extractos de algumas plantas para alívio da sintomatologia da menopausa ou no tratamento de problemas prostáticos. À medida que a medicina tradicional chinesa, ayurvédica e outras correntes tradicionais e naturistas ganham terreno no Ocidente cresce também o interesse pelo

uso de plantas para fins terapêuticos. Mas tal comporta riscos, como assinalou a Prof.^a Maria da Graça Campos, da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra (FFUC). A especialista falou sobre os fitoestrogénios, muito em uso na terapêutica da menopausa. Começando por esclarecer que não se devem confundir fitoestrogénios com fitohormonas, a perita referiu que as isoflavonas são as constituintes do grupo dos fitoestrogénios melhor conhecidos e cujo uso terapêutico é passível de apresentar mais vantagens.

Ainda assim, adverte a Prof.^a Maria da Graça Campos, é preciso avaliar muito bem os riscos e os benefícios da sua utilização, sendo que o benefício tem de ser “muito, muito superior ao risco”. Entre as principais preocupações relacionadas com o risco destes produtos encontra-se a sua relação com alguns tipos de cancro, nomeadamente do cancro da mama e da próstata. Não obstante, acrescenta a prelectora, “há muito tempo que nós consumimos fitoestrogénios”, nomeadamente na dieta mediterrânica.

Outra preocupação manifestada pela farmacêutica de Coimbra prende-se com os potenciais problemas associados às interações destes produtos ditos naturais, quando usados com medicamentos. Na FFUC está a ser criado o Observatório das Interações Plantas/Medicamentos e está em curso um estudo, no IPO de Coimbra, sobre o tipo de produtos que os doentes oncológicos consomem paralelamente à terapêutica anti-neoplásica.

Aposta na qualidade

A Dra. Helena Pinto Ferreira, médica e membro da Sociedade Portuguesa de Acupuntura, confirma a existência de ensaios clínicos com medicamentos à base de produtos naturais: “Temos indicações aprovadas para o síndrome pré-menstrual ou alívio dos sintomas da menopausa, por exemplo”, destaca a perita. Como acontece com outros medicamentos, “há advertências inerentes ao seu consumo”, esclarece. “Saber qual o benefício da terapia, potenciais efeitos secundários, interacção com a Medicina tradicional”, são aspectos a considerar segundo a médica.

Em 2005, a Organização Mundial de Saúde (OMS) tentou caracterizar o público-alvo mais susceptível de optar por este tipo de soluções terapêuticas e concluiu que se trata de uma população diferenciada. Uma prática sobretudo baseada na auto-medicação, muitas vezes cedendo à sedução publicitária e sem informação relevante sobre os produtos em causa. Uma realidade para a qual a Dra. Helena Pinto Ferreira chama a atenção, “o desconhecimento nesta área é gritante, mesmo por parte dos médicos, o que leva à difícil capacidade de resposta em caso de interações”.



Para a Prof.^a Ana Paula Martins “grande parte dos produtos que estão no mercado não tem qualidade suficiente”

Segundo a especialista, tem-se verificado um progresso na qualidade da produção e colocação de produtos no circuito comercial, com resultados ao nível das questões de segurança e diminuição de riscos. Há, no entanto, uma questão complexa de contornar relacionada com a biodiversidade: “Temos 300 a 500 mil espécies e dez mil substâncias diferentes em cada planta”, reforça a médica. A falta de standardização leva à dificuldade de patentear uma planta, pelo que os investigadores estudam ainda a melhor forma de validar alguns esquemas terapêuticos mais utilizados. A Comissão Europeia publicou, entretanto, uma directiva com normas de regulamentação deste mercado.

Questão de saúde

A Professora Ana Paula Martins, que, além de ter trabalhado no Infarmed, integra a agência europeia do medicamento, fazendo também parte do grupo de trabalho da comissão europeia nesta área, realçou a questão da segurança,

que pode abranger toda a população, sobretudo algumas faixas mais vulneráveis, como grávidas e mães a amamentar, crianças, idosos, doentes transplantados ou com doença tumoral, entre outros.

“As plantas têm constituintes activos e que em doses elevadas também são tóxicas”, esclarece a farmacêutica, explicando que “para garantir a qualidade das plantas é preciso começar a trabalhar no campo”. A Prof.^a relembra que “grande parte das plantas são colhidas nos locais espontâneos de gestação”. Entre a grande variabilidade de características a ter em conta há que avaliar aspectos como o tempo de exposição à luz, intensidade da luz, colheita, condições de secagem da folha. As plantas que crescem nos solos podem acumular metais pesados, ter elevado teor de chumbo ou mercúrio. “Há também registo de internamentos por intoxicação por plantas infectadas por herbicidas e pesticidas”, relata a Prof.^a. A especialista aponta ainda a “má qualidade microbiológica, com bactérias e fungos, pelo que há que ter especial cuidado”. Para a Prof.^a Ana Paula Martins “grande parte dos produtos que estão no mercado não tem qualidade suficiente”.

Dada a falta de segurança dos produtos em causa, a Professora Lúcia Salgueiro, da Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, destaca a importância da comunicação com os profissionais de saúde. Pormenores como omitir a ingestão em certas quantidades de chá verde, por exemplo, podem ter consequências. O caso dos laxantes e produtos para emagrecer, os que afectam a eficácia da pílula e, sobretudo, os produtos que podem ser multirresistentes aos fármacos anti-tumorais foram dos mais abordados. “Tudo o que seja alterar, inibir ou potenciar a acção dos complexos enzimáticos pode comprometer a eficácia dos fármacos”, demonstra a Prof.^a. Entre estes produtos, destacam-se alguns muito utilizados como o hipericão, o ginseng, o chá verde...

Alertar para estas questões torna-se premente e, segundo a prelectora, o ideal seria uma análise prévia de cada situação. ●